



**Ministério Público do Estado de São Paulo**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ**

**P.P.I.C. n.º 128/2005 – CIDADANIA**

Inte

**Data da autuação e registro:** 06 de janeiro de 2.006.

Ass

**Assunto:** Análise de parecer desfavorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo acerca das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2.001, conforme o Processo 182/2005, que originou o Decreto Legislativo 255 de 16/12/05.

**Área de atuação:** CIDADANIA

**Representante:** Câmara Municipal de Jacareí

**Representada:** Prefeitura Municipal de Jacareí

**PJ Oficiante:** 2ª PJ

Registrado no Livro Único de Registros, Volume II, às fls. 186.  
Bianca Rodrigues Barone da Silva *BB* Oficial de Promotoria.

**2ª PJ**

**24º VOLUME**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PROTOCOLO: 0046834/06**

**Data:** 04/05/2006

**Hora:** 11h

**Local de Entrada:**

SUB-ÁREA DE APOIO ADMIN.- PROTOCOLO GERAL

**Assunto:**

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

**Interessado:**

JOSÉ LUIZ BEDNARSKI



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
7ª Promotoria de Justiça Cível de Jacareí

4860  
BB

## TERMO DE ABERTURA

Em 02 de março de 2006, promovo a abertura do 24º volume dos autos do P.P.I.C. 128/2005 – CIDADANIA, iniciando a sua numeração a fls. 4860. Jacareí, data supra. Eu, BB Bianca Rodrigues Barone da Silva, Oficiala de Promotoria, digitei e subscrevi.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01



É o brevíssimo relatório, Sr. Presidente.

(O relatório de S. Exa. segue juntado no final destas notas).

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - Para a sustentação, a palavra é do eminente advogado, Dr. Marcos Augusto Perez.

DR. MARCOS AUGUSTO PEREZ - Exmo Sr. Presidente, Exmos. Srs. Conselheiros, a questão em exame é um assunto catalogado aqui nesta Corte e serei bastante breve, ressaltando alguns pontos que me parecem absolutamente essenciais para o deslinde justo da matéria.

Como disse o nobre Relator, refeitos os cálculos na fase recursal, chegou-se ao percentual de 23,28, e, na minha conta, 23,29%, um centésimo de diferença do relatório do eminente Conselheiro Robson Marinho, e 61,93% em relação aos gastos de ensino fundamental. Acontece que há um dado importante, também incontroverso, mas desqualificado pelos órgãos preopinantes, que o Município tinha inscrito em Restos a Pagar cerca de três milhões de reais, dos quais, no primeiro semestre ele gastou efetivamente dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil reais, e sete reais e noventa e quatro centavos, o que corresponderia a um plus, a um acréscimo de 2,14% da receita de impostos daquele ano, que somados com os 23,28% perfazeriam o percentual de 25,42% da receita obtida com os impostos. Os órgãos preopinantes desconsideraram a realização desse pagamento, muito embora a própria auditoria, às fls. 33 do relatório inicial feito, a auditoria regional, já o apontasse, porque não houve nesse ano lastro financeiro para o pagamento desses restos a pagar.

Com base nestes fatos, que, reitero, estão provados documentalmente nos autos, são incontroversos, tenho breves observações a fazer. A primeira, relativamente à norma que exige o lastro financeiro como suporte para o pagamento dos restos a pagar, para que esta Corte aceite esses restos a pagar de modo a acoplá-los no percentual necessário para perfazer o mínimo constitucional que cabe à educação.

Sustento, aqui e agora, que esta norma é uma norma instrumental, ela não guarda uma finalidade em si mesma. Qual a finalidade visada por ela? Assegurar que os restos a pagar